

Joyce. Ele era um homem cerebral, não um alquimista. Para poder ser feiticeiro da palavra, para estudar a alquimia do sangue do coração humano, é preciso provir do sertão.

*Provir do sertão* – o que isto quer dizer? Será talvez um espaço de vivência natural, sem artifícios. Espaço de silêncio e mediação, momentos em que se ultrapassa o pensar e o sentir banais, cotidianos, e se alcançam esferas mais elevadas, embora sempre dentro do humano, as esferas da verdadeira vida do espírito e do coração. Sertão é o transcendente, ensina-nos Guimarães Rosa.

E nós, humildes urentes da língua portuguesa, somos ou já não mais conseguimos ser feiticeiros da palavra, seres movidos sobretudo pela emoção mais do que pela fria razão, aprendizes do mistério do coração humano, inquietos do sobrenatural? Somos ou não pessoas oriundas do sertão?

#### Referências bibliográficas

- BERRINI, B. (1985). *Eça e Pessoa*. Lisboa, A regra do jogo.
- QUEIROZ, E. (1997-2000). *A correspondência de Prádice Mendes*. In: *Obras Completas*. 4 vols. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- SCHWARTZ, R. (1990). *Um mestre na periferia do capitalismo*. Machado de Assis. 2 ed., São Paulo, Duas Cidades.

## Heranças: a gramática

Maria Helena de Moura Neves  
Unesp-Araraquara

Para tratar esse tema que propus vou, na verdade, falar da própria natureza da disciplina gramatical, cuja avaliação parece que não temos sabido fazer muito bem, na nossa tradição.

O primeiro grande problema é que, sem discussão (até nos trabalhos acadêmicos), a gramática tradicional é simplistamente chamada de *gramática normativa*, e isso não é exato.<sup>1</sup>

Toda a gramática tradicional ocidental está afeiçoada à trajetória que culminou na sua instituição. Vista na sua vertente grega, a instituição dessa gramática exibe as características centrais que ainda hoje se configuram nas obras gramaticais disponíveis, e que vou examinar nos itens numerados e discriminados a seguir, inspirados em recortes que farei de meu livro, *A vertente grega da gramática tradicional* (Neves, 1987), e no artigo "Um estudo sobre a língua na sua história: a língua como fim ou como meio?" (Neves, 1994), nos quais busco avaliar precisamente as características de instituição que geraram as características de natureza da disciplina gramatical ocidental.

Ligadas ao uso linguístico existem sempre, nas diversas comunidades linguísticas, as modalidades não regradas da língua, ao lado de uma

1 Tratei o mesmo tema em conferência proferida na Universidade Federal de Pernambuco.

modalidade considerada a norma-padrão, à qual se atribuem qualidades "superiores"; ela seria mais regular, modelar, e, portanto, deveria ser seguida e perseguida.

Isso é particularmente notável na codificação inicial da gramática ocidental, época em que a ameaça de sobrepujamento da língua grega pelos falares "bárbaros", "corrompidos", ou seja, não-gregos, conduziu determinadamente nesse sentido toda a feitura das lições que os gramáticos produziam:

1. "Comprometidas com a existência de uma língua comum (*κοινή*) que se distribui por todas as cidades, as noções gramaticais que se codificam associam-se à noção de norma. Levantam-se os quadros de flexão como paradigmas e, paralelamente, levantam-se os desvios e irregularidades que o uso determinou." (Neves, 1987, p. 244)

E se foi a partir de modelos que a disciplina gramatical se instituiu, ela só poderia nascer modelar:

2. "Essa gramática, pelas condições em que surge, se institui como exposição e imposição de padrões." (Neves, 1987, orçelha do livro)

Essa é a característica central à qual me vou ater, na discussão que aqui trago hoje. Se afirmo que padrões se expunham e se impunham na gramática alexandrina – e o modelo é a *Téchne grammatiké*, de Dionísio, o Trácio<sup>2</sup> – e se afirmo que essa característica persiste nos atuais manuais de gramática, cabe, em primeiro lugar, verificar o grau de explicitação ou de implicação que marca essa qualidade normativa das obras. Ora, a primeira verificação é que o discurso dessas obras não é deonticamente modalizado. Não se fornecem, por exemplo, instruções explicitamente diretas do tipo "use isto" ou "use aquilo", ou "deve-se usar isto", "deve-se usar aquilo". Em acréscimo, o estabelecimento de quadros taxonômicos, em si apenas provê uma classificação abrangente dos fatos da língua, distribuindo unidades e categorias ou redistribuindo-as, se se tem em mira, especialmente, a gramática alexandrina na sua relação com a filosofia, que primeiro isolou as categorias:

2 A edição examinada é a de Ullig (1883).

3. A gramática é uma disciplina que, pelas próprias condições em que surgiu, aparece com finalidades práticas, mas que representa um edifício somente possível sobre a base de uma disciplina teórica do pensamento sobre a linguagem. (Neves, 1987, p. 15)

4. É, pois, numa sistematização de base noçional, assentada sobre o fundamento da lógica, que se vê a consideração da linguagem preparar-se para ser abstraída da filosofia, trabalho que levará à constituição da gramática, disciplina que nascerá normativa, sobre o modelo da arte de bem-dizer, tanto na prosa como na poesia. (Neves, 1987, p. 77)

Os mesmos quadros que asseguram um lugar em uma classe para cada uma das diversas formas da língua estão na gramática de Dionísio, o Trácio, e estão nas nossas gramáticas tradicionais, bem como nelas está o feixe das categorias gramaticais aplicáveis àquela língua, organizando-se as formas em um sistema de flexão, e, com isso, compondo-se paradigmas:

5. Na gramática [emergente], é visível uma atitude nova, que se configura especialmente pela apresentação de paradigmas isolados dos textos lingüísticos, especialmente um quadro exaustivo das "artes do discurso"; elas são entidades lingüísticas observáveis por si, isto é, como classes de palavras, e, por isso mesmo, organizadas em conjunção com um sistema de flexões. (Neves, 1987, p. 205)

Entretanto, paradigmas podem ser interpretados em dois níveis: num nível imediato, superficial, eles são organizações descritivas – e, portanto, neutras – que simplesmente constroem um sistema de entidades, isto é, retratam o que a língua é; num nível mais velado, profundo, eles são organizações modelares – e, portanto, diretas – que, ao abrigar formas em um sistema, excluem outras formas e, por aí, mesmo sem que se empregue nenhum discurso injuntivo, dizem o que a língua deve ser.

Outro dado relevante é que a apresentação de cada entidade que compõe os quadros se acompanha de exemplos, o que acaba marcando os paradigmas como parâmetros, já que tais amostras de linguagem – os exemplos – são escolhidas para ser apostas, exatamente pelo caráter modelar que lhes é atribuído. Essa é, na verdade, a marca mais evidente do caráter normativo dos manuais tradicionais de gramática, os quais, entretanto, nesse particular merecem ser distintamente apreciados, segundo o móvel que atua na escolha dos exemplos. Esse móvel, em últi-

na análise, determina-se pelas condições sociopolíticas que cercam a produção das obras gramaticais. É segundo essas condições que o caráter exemplar das construções oferecidas é mais acentuado ou menos acentuado, exatamente porque é mais visceral ou menos visceral. Em princípio, esse caráter foi muito mais acentuado e profundo, lembremos, na codificação inicial da gramática helênica — ocorrida dentro de um contexto de conflito de culturas e sobrepujamento de uma por outra — do que na história da nossa gramática portuguesa, e especialmente na história recente, em que nenhuma ameaça e nenhum eco de dominação paira sobre o uso da língua.

E especialmente naquela conjuntura o modelo foi buscado nos escritores considerados exemplares, aqueles que, acreditava-se, fosse seguida a sua linguagem, ficaria preservada a língua:

6. A regularidade, o modelo, onde ser buscado? Obviamente, na linguagem dos escritores maiores, especialmente Homero. Faz-se, então, exegese, mas, ao lado disso, procura-se montar paradigmas, procura-se fornecer a explicitação dos padrões que mostram em que consiste aquela pureza de língua, aquela regularidade que se quer conservar. Desfilam cânones flexionais a serviço da crítica textual. E pela primeira vez — na obra dos alexandrinos — encontra-se uma atividade técnica de trabalho com a língua, distinguida de outra atividade não técnica, a de interpretação e crítica de obra literárias. O manual de Dionísio, o Trácio (Uhlig, 1883), na sua definição de gramática como “o conhecimento do uso dos poetas e prosadores”, espelha exatamente o princípio que inspirava os alexandrinos na sua atividade filológica. E, naturalmente, se o objeto de exame é um uso modelar, o exercício prático tem de ser o de constituição de modelos, como se faz nesse manual. Afinal, há que transmitir os paradigmas instituídos naquela construção modelar que o espírito helênico empreendeu, há que preservar os padrões ideais que grandes obras oferecem, há que garantir a memória de um passado valioso. (Neves, 1994, p. 219)

Hoje os manuais de gramática se organizam num contexto absolutamente diferente. Desde o começo do século, instituições as ciências em todos os ramos, foi-se formando a ciência da linguagem, que colocou a língua e a linguagem como objeto de estudo, e, a partir daí, ensinou a ver a natureza da linguagem isolada de qualquer vinculação valorativa com poder político, importância social ou, mesmo, beleza estética. Ensinando a separar o social do linguístico, a ciência linguística, entretanto, ensinou também, por outros caminhos, a considerar o social no uso da

linguagem: os padrões não se impõem ao uso, mas, pelo contrário, os usos estabelecem padrões; os usos são socialmente diferentes, mas essa estratificação não representa diferente valoração, apenas apresenta o conhecimento de que diferentes usos não de ser adequados a diferentes situações de uso; assim, a existência de registros não-padrão constitui garantia de eficiência de uso.

Pela mesma via, a ciência linguística ainda ensinou a negar valoração a toda e qualquer modalidade de língua: a busca de adequação se estende às diferentes escolhas, de língua falada ou de língua escrita, de um tipo textual ou de outro, de um gênero discursivo ou de outro.

Os verdadeiros gramáticos sabem tudo isso, e obviamente paulam suas lições pelo que sabem. Entretanto, se há uma área do conhecimento em que as descobertas da Linguística têm caído no vazio é a área da disciplina gramatical, seja a considerada pela escola, seja a considerada pelo usuário da língua. Estamos longe de ver o cidadão comum e o professor reconhecendo que a variação linguística é nada mais que a manifestação evidente da essência e da natureza da linguagem, reconhecendo que há um padrão valorizado, sim, mas que o uso do padrão prestigiado não constitui, em si e intrinsecamente, um uso de boa linguagem, e que essa avaliação só ocorre pelo viés sociocultural, condicionado pelo viés socioeconômico.

E, na verdade, não é propriamente aos gramáticos tradicionais — embora sempre os chamemos de *normativos* — que podemos atribuir a responsabilidade por essa visão distorcida. É a própria comunidade que, sempre com olhos no estrato social em que cada um de seus membros possa situar-se, busca adequar sua linguagem a padrões prestigiados, e, para isso, busca lições explícitas sobre esses padrões. Se os grandes manuais não trazem essas receitas, ela as vai buscar em livros de receitas, que lhe digam exatamente e simplistamente quais construções *se pode* ou *não se pode* usar.

Algumas reflexões sobre um exemplo prático podem ilustrar melhor as considerações que aqui se desenvolveram.<sup>3</sup>

3 As ocorrências examinadas pertencem ao banco de dados de cerca de 80 milhões que está armazenado no Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras, campus de Araraquara, e que serviu à elaboração da *Gramática de usos do português*, de minha autoria, e do *Dicionário de usos do português*, coordenado por Francisco da Silva Borba, e do qual sou também co-autora (no prelo).

ceira pessoa de *a gente* (um sintagma nominal): trata-se de uma flexão, para efeito de concordância, em primeira pessoa do plural, concordância necessariamente ligada a uma categoria pronominal, não substantiva.

O caso ilustra, ainda, a *divergência* e a *estratificação*, outros dois princípios da gramaticalização, pois vigem em coexistência os dois diferentes modos de concordância com a forma quase-pronominal *a gente* – uma na terceira pessoa do singular e outra na primeira pessoa do plural – e, ao mesmo tempo, mantém-se vivo o uso do sintagma nominal *a gente* no seu uso puro, original (como em “*a gente* do Grotão *lhe dava* segurança”).

Além disso, por outro princípio, o da *especialização*, fica explicado exatamente o viés social do exame do fato: ficam colocadas em diferentes níveis de valorização sociocultural as diferentes realizações, e o falante escolarizado tem um sentimento natural dessas diferenças, o qual ele ativa quando rejeita a concordância não abonada. Na verdade, as diferentes formas constituem diferentes escolhas para diferentes fins, e isso ocorre, pelo menos durante um espaço de tempo, em variação, como é o caso que se vem examinando (em que uma variedade é mais “popular”, e é “condenada”), embora possa ocorrer em situações nas quais os dois usos sejam socialmente – e, por isso, funcionalmente – diferentes.

Obviamente, o usuário da língua não terá presentes tais indicações ao encontrar, disponíveis para uso, variantes com diferentes aplicações, com diferentes valorizações, afinal, com diferentes funções pragmáticas, e, na verdade, isso nada *lhe* diz. O que ele terá sempre presente, sim, é a necessidade de fazer a melhor escolha no sentido de adequar-se à exigência social da situação em que a construção deve ser empregada, uma necessidade de pôr a seu serviço os modos de expressar-se que a língua *lhe* facilita e de que ele tem posse. Receitas para essa escolha é a única coisa que ele busca em lições gramaticais, e só para isso ele julga que é interessante e proveitoso consultar um manual de gramática.

Se na nossa sociedade já não se verifica a mesma conjuntura sociopolítica da época da instituição da disciplina gramatical ocidental, que condicionava o nascimento de uma obra abertamente de conduta, se hoje não temos nem língua em extinção nem literatura ameaçada, no entanto, as nossas sociedades são extremamente competitivas, e nelas cada um quer assegurar para si todos os meios que considera que sejam garantidores de boa inserção social, e, necessariamente, entende que a linguagem de prestígio é um dos caminhos essenciais para isso.

Entretanto, o usuário não vai satisfazer-se com os grandes manuais tradicionais de gramática, porque neles ele não vai encontrar as lições de conduta absolutamente explicitadas que busca, não vai encontrar padrões escancaradamente ditados, não vai encontrar, afinal, normas claramente prescritas que ele possa, com uma busca muito fácil, transportar para o uso. Por outro lado, nas escolas já não é bem vista nenhuma preocupação com as prescrições sobre a linguagem, e, se a gramática é abrigada – mesmo a chamada *tradicional* –, ela simplesmente se exercita na transmissão de paradigmas como esquemas. Sendo assim, o usuário da língua, um ser social que vive cercado de padrões, desassistido na busca de orientação sobre a norma-padrão que há de legítimar sua fala na sociedade em que atua e compete, parte para receitas simplificadas e de transferência imediata, aquelas que ele possa avariar sem muito custo de reflexão. Uma penal

#### Referências bibliográficas

- BORBA, F. S. (org.). *Dicionário de usos do português*. São Paulo, Editora Ática (no prelo).
- HOPPER, P. J. (1991). On Some Principles of Grammaticalization. In: TRAUCCOTT, E. e HEINE, B. *Approaches to Grammaticalization*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- NEVES, M. H. M. (1987). *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo, Ilucitec/Ed. UNB/Fapesp.
- \_\_\_\_\_. (1994). Um estudo sobre a língua na sua história: a língua como fim ou como meio? *DELTA*, v. 10, pp. 213-222.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora Unesp.
- \_\_\_\_\_. (2001). “As gramáticas: o usuário e a norma”. Conferência proferida na Universidade Federal de Pernambuco, abril.
- UHLIG, G. (1883). *Dionysii Thracis Ars Grammatica*. Leipzig, Teubner.
- Fontes dos exemplos
- CP *Giranda de pedra*. TELLES, L. F. (1955). São Paulo, Martins Fontes.
- ETR *Estrela solitária*. CASTRO, R. (1995). São Paulo, Cia. das Letras.
- FN *Foldore Nacional*. ARAÚJO, A. M. (1964). São Paulo, Melhoramentos.